

Educação profissional para pessoas com deficiência nas pesquisas do programa de pós-graduação em educação profissional do IFRN

RESUMO

O presente artigo realiza um levantamento sobre o estado do conhecimento nas dissertações que derivam de pesquisas cuja temática é a Educação Profissional para pessoas com deficiência. Objetiva-se compreender as dificuldades identificadas para inclusão de pessoas com deficiência na Educação Profissional, o foco dos estudos já consolidados (como nível/programa de ensino e perspectiva dos docentes/discentes), quais os efeitos das leis sancionadas nos últimos anos sobre inclusão e reserva de vagas para pessoas com deficiência nas instituições federais de ensino e as linhas de pesquisa do PPGEP-IFRN que vêm abordando o tema. Os resultados obtidos demonstram que grande parte dos trabalhos estudados abordam o tema da Educação Profissional para pessoas com deficiência como uma política pública. Apenas 1 (uma) pesquisa, publicada em 2018, analisa os impactos da Lei Brasileira de Inclusão de 2015 e da Lei de Cotas, 13.409/2016, revelando assim a necessidade de novos estudos que avaliem os desdobramentos dessas Leis.

PALAVRAS-CHAVE: Pessoas com deficiência. Educação Profissional. Publicações científicas.

Rosemary Pessoa Borges Almeida

rosemary.borges@ifrn.edu.br
<https://orcid.org/0000-0002-8522-0824>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil

Alanderson Maxson Ferreira do Nascimento

alanderson.maxson@ifrn.edu.br
<https://orcid.org/0000-0002-8849-7394>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil

Lessandra Paula Targino Oliveira

lessandrinha1@yahoo.com.br
<https://orcid.org/0000-0002-1784-781X>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil

Ilane Ferreira Cavalcante

ilane.ifrn@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-1783-9879>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil

INTRODUÇÃO

Este trabalho realiza um levantamento e faz uma revisão do conhecimento relativo às abordagens sobre Educação Profissional (EP) para pessoas com deficiência (PcD) como objetivo declarado nos estudos e pesquisas de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (PPGEP-IFRN), de 2015 a 2018. O recorte temporal justifica-se pelo fato de que os primeiros trabalhos de dissertação foram defendidos no ano de 2015 e os trabalhos defendidos no ano de 2019 ainda não estavam disponíveis para busca na plataforma utilizada como fonte para esta pesquisa no momento em que foram realizadas as buscas.

Compreende-se a educação para pessoas com deficiência como um fenômeno social que deve ser objeto de políticas públicas de inclusão para uma categoria que historicamente esteve segregada. Para que se efetive esta inclusão é preciso mudança na oferta de vagas de forma que este público específico seja contemplado. Nesse sentido, a Lei nº 12.711, de 2012, em seus artigos 3º e 5º, tratava da oferta de 50% das vagas dos cursos de graduação e de ensino técnico de nível médio nas instituições federais para estudantes oriundos da escola pública e “em proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)” (BRASIL, 2012). A referida lei não tratava das pessoas com deficiência como público-alvo das políticas de inclusão educacional. Por isso, a Lei nº 13.409 de 2016 alterou os artigos 3º e 5º da Lei 12.711 de 2012, incluindo as pessoas com deficiência como público-alvo para as ofertas de vagas já mencionadas.

No âmbito das políticas de inclusão da pessoa com deficiência, a Lei nº 13.146, de 2015, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, em seu artigo 2º, considera pessoa com deficiência "aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas" (BRASIL, 2015).

No campo das políticas educacionais, Soares e Carvalho (2012, p. 101) relatam que:

Consideram-se como pessoas com deficiência as crianças, objeto da educação especial, os jovens e adultos que têm como condição definidora de seu desenvolvimento a deficiência intelectual, a cegueira ou os distúrbios da visão, surdez ou os déficits de audição, a deficiência física e os transtornos globais do desenvolvimento.

Para esses sujeitos a educação foi oferecida, por muito tempo, em espaços especiais, pois se tinha o entendimento de que a aprendizagem diferenciada destes indivíduos, fossem quais fossem as suas deficiências, requeresse um espaço diferenciado onde cada trabalho de ensino fosse direcionado para a particularidade de cada público.

A Declaração de Salamanca¹ (1994) reconhece a diversidade e propõe uma educação eficaz para todos. Assim, a educação para todos passou a ser vista

também no âmbito das pessoas com deficiência. Cabe à escola educar a todos independente das necessidades educativas especiais dos seus alunos. Para atender a estas necessidades especiais é necessário que a escola se adapte a essa nova realidade, sejam nas questões físico-estruturais ou de formação de pessoal e de docentes que estejam preparados para lidar com alunos com necessidades educacionais específicas.

González (2007) relaciona o conceito de necessidades educacionais específicas com as ajudas psicopedagógicas ou com os serviços educacionais que determinados alunos possam precisar ao longo de toda a sua escolarização.

Assim, considerando a Educação Especial como modalidade educativa que transversaliza todos os níveis de ensino no Brasil, neste trabalho buscamos compreender de que modo as políticas de educação especial para pessoas com deficiência têm sido estudadas nos trabalhos de dissertação do PPGEP-IFRN. Para isso responderemos aos seguintes questionamentos: as pesquisas concentram-se em quais níveis/programas de ensino na EP? Quais as dificuldades identificadas para a inclusão de pessoas com deficiência na EP? Quais os efeitos das leis sancionadas nos últimos anos sobre inclusão e reserva de vagas para pessoas com deficiência nas instituições federais de ensino? Em qual linha de pesquisa do PPGEP-IFRN os trabalhos acerca da inclusão de pessoas com deficiência se concentram predominantemente?

Sendo assim, este estudo está estruturado da seguinte forma: introdução, metodologia de pesquisa utilizada para o desenvolvimento, contendo a descrição detalhada dos procedimentos de busca utilizados para a sua realização, e posteriormente, apresentação dos resultados obtidos de forma quantitativa e qualitativa. Por fim, apresentam-se algumas limitações da pesquisa e as considerações finais, abrangendo as sugestões para estudos futuros.

METODOLOGIA

Este trabalho está organizado com base nos procedimentos explicitados por Romanowski e Ens (2006) para a realização de pesquisa do tipo Estado do Conhecimento, sendo seu objetivo principal a execução de uma análise do panorama atual das pesquisas relativas às abordagens de Educação Profissional para pessoas com deficiência como objetivo declarado de estudo das pesquisas de mestrado do PPGEP-IFRN, de 2015 a 2018.

A abordagem qualitativa e quantitativa está associada à própria natureza desse trabalho. Segundo Morosini (2006), por se tratar de uma pesquisa do tipo estado do conhecimento deverá ser realizado um estudo quantitativo/qualitativo, descritivo do percurso e de como está configurada a distribuição da produção científica acerca de um objeto, identificando as conexões contextuais em relação a outras variáveis como ano de publicação, tema e bases de pesquisa.

De acordo com Romanowski e Ens (2006), os procedimentos necessários para a realização de uma pesquisa do tipo estado da arte e do conhecimento são: Definição dos descritores; Localização dos bancos de pesquisa; Estabelecimento de critérios para a seleção do material; Levantamento de teses e dissertações

catalogadas; Coleta do material de pesquisa; Leitura das publicações com elaboração de síntese preliminar; Organização do relatório do estudo compoendo a sistematização das sínteses e Análise e elaboração das conclusões.

Utilizando como referência os procedimentos apresentados, no primeiro momento dessa pesquisa os descritores foram definidos a partir da consulta na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS)² sobre sinônimos de Pessoas com Deficiência e palavras relacionadas: Deficiente Físico; Deficiência Física; Deficiências Físicas; Limitação Física; Pessoa com Deficiência Física; Pessoa com Desvantagem; Pessoa com Incapacidade; Pessoa com Incapacidade Física; Pessoa com Limitação Física; Pessoa com Necessidade Especial; Pessoas com Deficiência Física; Pessoas com Deficiências; Pessoas com Deficiências Físicas; Pessoas com Desvantagens; Pessoas com Incapacidade; Pessoas com Incapacidade Física; Pessoas com Incapacidades; Pessoas com Limitação Física; Pessoas com Limitações Físicas; Pessoas com Necessidade Especial; Pessoas com Necessidades Especiais; Educação Especial e Inclusão Educacional.

A fonte de pesquisa selecionada para a identificação dos estudos foi a plataforma da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)³ por se tratar da plataforma oficial de publicação das dissertações do PPGEP/IFRN. O critério de inclusão definido para a seleção inicial dos estudos foram as dissertações provenientes deste programa.

Na etapa de levantamento foi necessário a consulta ao Caderno de Resumos do PPGEP/IFRN com o intuito de conferir se todas as dissertações finalizadas estão disponíveis e acessíveis na plataforma CAPES.

Neste momento iniciou-se a coleta dos trabalhos de dissertação provenientes do PPGEP/IFRN que totalizaram 55 (cinquenta e cinco) documentos. O referido programa iniciou suas atividades no ano de 2013, ocorrendo as primeiras defesas em 2015. Assim, esta pesquisa apresenta trabalhos publicados de 2015 a 2018. Trabalhos finalizados no ano de 2019 até a conclusão desta pesquisa não haviam se tornado públicos na plataforma da Capes.

Após a obtenção dos trabalhos na fonte, foi realizada a busca semiautomatizada pelos descritores definidos no primeiro passo. É importante observar que estes descritores foram refinados à medida que os resultados foram sendo encontrados e comparados com o catálogo da Biblioteca Virtual em Saúde. Todos os 55 trabalhos foram analisados utilizando-se a ferramenta localizar do software leitor de documentos do tipo PDF⁴ (formato utilizado por todas as dissertações enviadas à plataforma CAPES). O quantitativo de trabalhos localizados após a busca pelos descritores foi de 21 (vinte e um) trabalhos⁵ que formaram o corpus da investigação.

Por fim, a seleção de estudos foi realizada analisando-se o conteúdo dos trabalhos (título, resumo, palavras-chaves, resultados e considerações finais). Assim foi possível localizar os descritores como já mencionado.

Quadro 1 - Quantidade resultante de estudos a serem avaliados após cada etapa do processo de seleção

Etapa	Quantidade de trabalhos
1 – Busca na fonte CAPES	55
2 – Após busca por descritores	21

Fonte: Elaborado pelos autores.

Após a busca e seleção dos estudos foi realizada a extração de dados. Para isso, os 21 trabalhos selecionados foram divididos entre os pesquisadores envolvidos neste estudo e lidos por completo. A primeira validação da análise foi realizada em reunião com os pesquisadores envolvidos neste estudo. Por fim, o resultado foi apresentado à coordenadora da pesquisa que indicou alterações e realizou a validação final.

Para que se pudesse identificar o que se tem pesquisado sobre a inclusão de pessoas com deficiência na Educação Profissional no PPGEPI/IFRN como objeto de pesquisa, foram aplicadas as questões de pesquisa já apresentadas na introdução.

Ao longo deste trabalho, utilizaremos o código N.[valor número] para nos referirmos ao identificador das dissertações listadas no link <http://twixar.me/ktIT>. Assim, estaremos nos referindo aos trabalhos usando o código N.[valor número]. Quando for necessário apresentar detalhes mais específicos sobre cada pesquisa, o autor será referenciado diretamente.

RESULTADOS

A Figura 1 representa a contabilização dos trabalhos por ano de publicação. É possível observar um aumento crescente no número de publicações desde 2015, embora o ano de 2018 conte com um pequeno déficit se comparado com o ano de 2017.

Figura 1 - Número de dissertações do PPGEPI/IFRN publicadas na plataforma CAPES por ano



Fonte: Elaborado pelos autores.

Somente os trabalhos de Alencar (2017), Cunha (2015) e Lima (2018) apresentaram como temática principal a Educação Profissional para pessoas com deficiência. Os demais citam o tema em algum outro contexto, nem sempre aprofundando nas especificidades. A seguir, serão apresentadas individualmente as respostas às questões de pesquisa deste trabalho.

COMO AS PESQUISAS TÊM ABORDADO O TEMA?

A maioria dos trabalhos cita as pessoas com deficiência na EP como parte da política de inclusão com base em Leis e outros documentos oficiais como o PNE 2014-2024, assim como documentos produzidos pela própria instituição, como sua proposta pedagógica, Relatórios de Gestão, Regulamentações e Projetos Pedagógicos dos cursos ofertados. Mas isso não é apresentado de forma transversal em todos os trabalhos. A exemplo disto podemos citar o trabalho de Lima (2015, p. 67) quando se refere à educação especial como modalidade de ensino:

A LDB vigente detalha os encaminhamentos para a implementação das reformas educacionais, explicita as linhas gerais e as metas ensejadas pela Constituição Federal de 1988. A referida lei reorganiza toda a educação brasileira em dois níveis: Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) e Ensino Superior. Ainda contempla modalidades de ensino, como a Educação Profissional, Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos, Educação a Distância e Educação Indígena.

Percebe-se a utilização do termo Educação Especial (um dos descritores da busca desta pesquisa), mas dentro de um contexto de explicação da reorganização da educação Brasileira a partir da Lei nº 9.394, de 1996. Nesse sentido, a Educação Especial está inserida por fazer parte do texto original da lei e não por ser parte do objeto de discussão do referido trabalho neste momento.

As abordagens em sua maioria são realizadas em diversos *Campi* do IFRN, excetuando-se as dissertações N.3^o, N.16 e N.18. A dissertação N.3 Discute a implementação do PROEJA no campus Petrolina do IFSERTÃO-PE. Por sua vez, a N.16 aborda a formação humana na EP no Ensino Médio do Instituto Federal do Amapá e a N.18 trata do programa Ensino Médio Inovador (ProEMI) ofertado em uma escola estadual de Natal (RN).

VOLTADO PARA QUAL NÍVEL/PROGRAMAS DE ENSINO?

É importante observar que, em alguns casos, uma mesma pesquisa envolve mais de um nível de ensino enquanto outras não identificam para qual nível se destinam. O Quadro 2 lista dissertações em relação ao nível de ensino abordado na pesquisa.

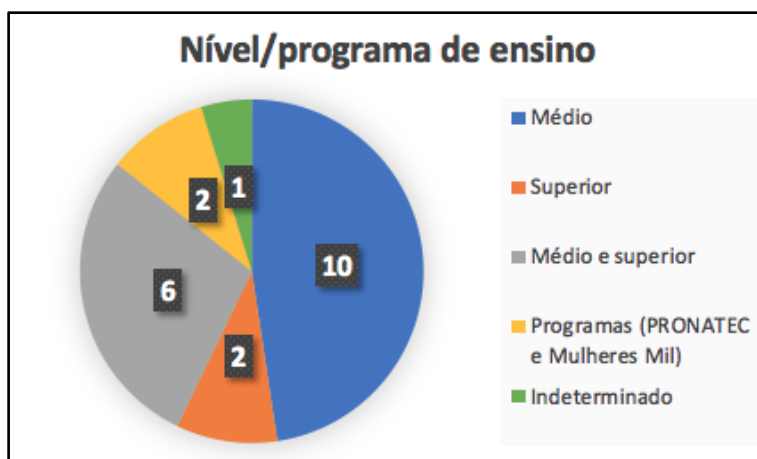
Quadro 2 - Distribuição das dissertações de acordo com o nível/programa de ensino

Nível de ensino	Dissertações	Quantidade
Médio (incluindo PROEJA, ensino médio integrado regular e subsequente)	N.3, N.4, N.7, N.10, N.12, N.15, N.16, N.17, N.18, N.19	10
Superior (incluindo graduação e pós-graduação)	N.6, N.8	2
Médio e superior	N.2, N.9, N.13, N.14, N.20, N.21	6
Programas (PRONATEC e MULHERES MIL)		2
Indeterminado		1
Total		21

Fonte: Elaborado pelos autores.

O Ensino Médio foi o foco de uma parcela razoável de dissertações, com 10 (dez) trabalhos. Programas como Pronatec e Mulheres Mil apresentam apenas 2 trabalhos que citam de alguma forma o tema, revelando a necessidade de pesquisas com relação à inclusão de pessoas com deficiência na Educação Profissional nesses contextos. Destaca-se também uma parcela de trabalhos que busca inclusão de pessoas com deficiência no Ensino Médio e Superior, em um total de 6 (seis). 1(um) trabalho discorre sobre o tema, mas sem especificar o nível de ensino/programa do público alvo. Na Figura 2, é possível observar claramente a distribuição das dissertações de acordo com o nível/programas de ensino.

Figura 2 - Classificação das dissertações de acordo com o nível/programa de ensino



Fonte: Elaborado pelos autores.

Em geral, as pesquisas são voltadas para o público do Ensino Médio e Superior, porém especificidades foram localizadas em algumas dissertações como a N.5 onde não foi definido um nível/modalidade/programa de ensino. Nessa dissertação foi citada a meta 4, estratégia 4.13, do PNE (2014-2024) sobre o atendimento à demanda de estudantes com deficiência, não apresentando um estudo mais aprofundado na área, se concentrando no trabalho educativo do técnico administrativo que deve observar as políticas de inclusão dos alunos com deficiência. Em algumas, como a N.20, o nível de ensino fica em segundo plano,

pois o objeto é o relato dos professores da Educação Básica Técnica e Tecnológica (EBTT) da Diretoria Acadêmica de Ciências (DIAC) do Campus Natal Central do IFRN, independentemente do nível onde atuam.

SE PREOCUPA COM O ALUNO/APRENDIZAGEM, PROFESSOR/ENSINO OU OS DOIS?

A maior parcela dos estudos, 7 (sete) trabalhos, é voltada exclusivamente para o aluno/aprendizagem, apoiando assim os discentes no ingresso, permanência ou conclusão. Enquanto que 4 (quatro) apresentam propostas a serem aplicadas exclusivamente para o professor/ensino, embora também tracem o perfil dos alunos com deficiência, como é o caso da N.21, que identifica inclusive a distribuição desse grupo nos Campi do IFRN. Em 5 (cinco) trabalhos não foi possível classificar a abordagem, como a dissertação N.5, cuja investigação é voltada para os trabalhos dos servidores técnicos administrativos do IFRN.

O quadro 3 apresenta as dissertações de acordo com a abordagem: aluno/aprendizagem, professor/ensino ou ambas.

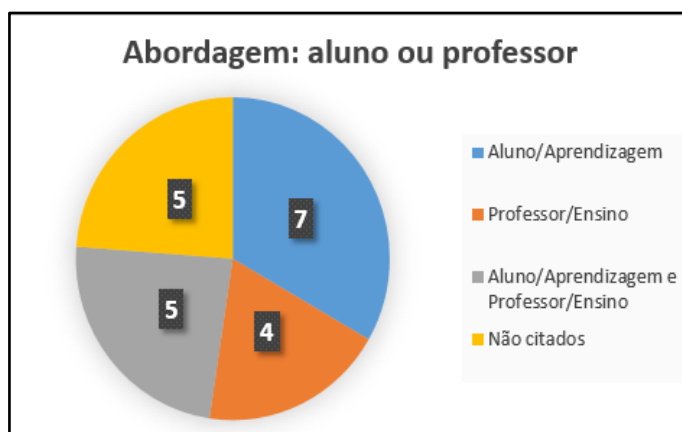
Quadro 3 - Distribuição das dissertações de acordo com a abordagem para professor/ensino ou aluno/aprendizagem

Abordagem	Dissertações	Quantidade
Aluno/Aprendizagem	N.1, N.7, N.9, N.13, N.15, N.16, N.19	7
Professor/Ensino	N.8, N.14, N.20, N.21	4
Aluno/Aprendizagem e Professor/Ensino	N.2, N.10, N.11, N.12, N.18	5
Não citados	N.3, N.4, N.5, N.6, N.17	5
Total		21

Fonte: Elaborado pelos autores.

Na Figura 3, é possível observar claramente a distribuição das dissertações de acordo com a abordagem.

Figura 3 - Classificação das dissertações de acordo com o foco da abordagem: professor/ensino e aluno/aprendizagem



Fonte: Elaborado pelos autores.

Nas abordagens voltadas para os alunos/aprendizagem foram classificadas dissertações como a N.1, que cita a necessidade do aumento do número de vagas para inclusão de minorias na EP (é importante observar que essa dissertação foi escrita antes da Lei 13.409/2016, que altera a Lei 12.711/2012, sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nas instituições federais de ensino). Já a dissertação N.15, escrita após a Lei 13.409/2016, apresenta, entre outras informações importantes, dados sobre disponibilização de vagas para o acesso de estudantes com deficiência em função da implantação de reserva de vagas no IFRN. A dissertação N.13 apresenta políticas de Assistência Estudantil como forma de proporcionar condições básicas para o pleno desenvolvimento acadêmico do estudante com deficiência. Há ainda os trabalhos que abordam as tecnologias, como o N.19, que cita as tecnologias sociais como um importante elemento auxiliar para alunos com deficiência, proporcionando também a transformação da sociedade.

Em se tratando de docente/ensino, a dissertação N.14 pesquisou a reunião pedagógica como espaço de planejamento coletivo e de formação continuada e, por meio das falas dos professores entrevistados, foram identificadas expectativas para a formação sobre Necessidades Educacionais Especiais, a inserção de alunos com necessidades especiais, discentes com deficiência física ou intelectual. A dissertação N.20 aborda narrativas das experiências dos docentes onde também foi possível identificar necessidades semelhantes.

Em alguns trabalhos identificam-se abordagens voltadas para docentes e discentes, como a N.18, onde é apresentada a necessidade de um currículo com conhecimentos acerca da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como segunda língua para os alunos ouvintes e primeira língua para alunos surdos, além disso, reforça a necessidade da construção da consistência sobre si e do reconhecimento do outro como elemento importante para a formação humana dos estudantes. Além de também abordar o papel do professor nesse contexto.

Não foi possível classificar alguns trabalhos, como o N.17, que aborda o conselho de classe sobre a perspectiva dos alunos, docentes e pais sem citar contribuições deste conselho para as PcD na EP.

QUAIS AS DIFICULDADES APRESENTADAS PARA INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL?

É importante observar que diversos aspectos podem dificultar a inclusão de pessoas com deficiência na Educação Profissional sejam eles físicos, sociais, culturais ou econômicos. O quadro 4 identifica as dissertações de acordo com as dificuldades apresentadas.

Quadro 4 - Distribuição das dissertações de acordo com as dificuldades apresentadas para inclusão de pessoas com deficiência na EP

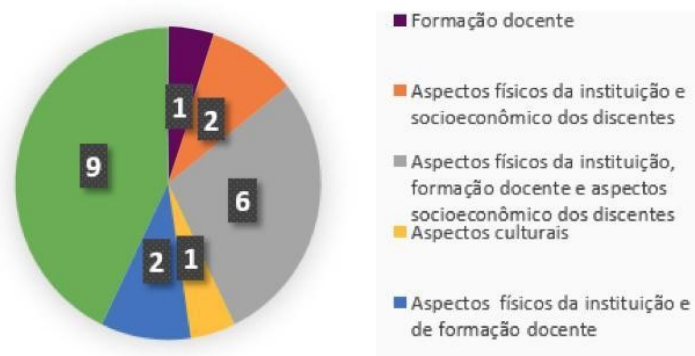
Dificuldades identificadas	Dissertações	Quantidade
Formação docente (acesso a programas de formação continuada e/ou apoio de profissionais especializados, por exemplo)	N.20	1
Aspectos físicos da instituição (equipamentos e materiais pedagógicos, por exemplo) e socioeconômico dos discentes	N.7, N.13	2
Aspectos físicos da instituição, formação docente e aspectos socioeconômicos dos discentes	N.8, N.9, N.10, N.12, N.14, N.15	6
Aspectos culturais	N.18	1
Aspectos físicos da instituição e de formação docente	N.2, N.21	2
Não citados	N.1, N.3, N.4, N.5, N.6, N.11, N.16, N.17, N.19	9
Total		21

Fonte: Elaborado pelos autores.

Como o maior número de dissertações não tem como foco PcD na EP, nem todas identificam as dificuldades ou ainda apenas citam a existência sem apresentar dados concretos ou propostas para transpor as dificuldades. Por exemplo, a dissertação N.19 apresenta as tecnologias sociais como forma de auxiliar as pessoas com deficiência, porém não cita qual tipo de auxílio e quais as dificuldades que irá ajudar a superar. Na Figura 4, é possível observar a distribuição das dissertações de acordo com a abordagem.

Figura 4 - Classificação das dissertações de acordo com a identificação de aspectos que podem dificultar a inclusão de PcD na EP

Aspectos que podem dificultar a inclusão de PcD na EP



Fonte: Elaborado pelos autores.

Entre os trabalhos que tem como foco, ou abordam de forma mais superficial o tema PcD na EP (como N.13, N.14 e N.15), são apresentados aspectos físicos da instituição como infraestrutura inclusiva, número insuficiente de escolas, eliminação de obstáculos ao deslocamento. Além dos obstáculos de ordem financeira e técnica, também citam a falta de adequação curricular.

Sobre os aspectos físicos e socioeconômicos dos discentes, trabalhos como N.13 apontam políticas de Assistência Estudantil para subsidiar o acesso e a permanência de PcD.

Os achados também apontam a necessidade de investimentos na formação de todos que compõem a escola, incluindo os profissionais que apoiam o trabalho docente até as novas metodologias didático-pedagógicas, como apresenta a N.14. A dissertação N.15 cita ausência de professores capacitados e a sua não valorização. Na pesquisa apresentada na dissertação N.20, um dos relatos aponta a necessidade de cursos sistemáticos que preparem os professores de forma a trabalhar a educação inclusiva.

Aspectos culturais da sociedade também foram destacados na N.18. Esse trabalho apresenta a necessidade de conteúdos que abordem a formação da consciência sobre si e do reconhecimento do outro, como ser humano de igual natureza, assim tentando amenizar a exclusão das minorias.

A dissertação N.21 revela que os professores perceberam um aumento significativo de momentos formativos a partir do ano de 2017 no IFRN. Estes momentos foram oportunizados por meio de palestras e oficinas ministradas geralmente nos dias de Reunião Pedagógica. Porém, mesmo diante dessas formações, os docentes ainda visualizam como desafios a necessidade de adaptações de metodologias e de materiais didáticos, reserva de tempo para planejamento de aulas inclusivas, participação de estudantes com deficiência em aulas de campo, entre outros.

QUAL NOMENCLATURA UTILIZA PARA CITAR PESSOAS COM DEFICIÊNCIA?

O quadro 5 apresenta os termos encontrados relacionando com as dissertações onde são citados.

Quadro 5 - Distribuição das dissertações de acordo com o uso nomenclatura vigente para identificação de pessoas com deficiência

Nomenclatura	Dissertações	Quantidade
Pessoa/estudante/aluno com deficiência	N.1, N.3, N.5, N.9, N.10, N.12, N.13, N.14, N.15, N.17, N.21	11
Pessoa/estudante/aluno com necessidade especial	N.14, N.21	2
Pessoa/estudante/aluno com necessidades específicas	N.8, N.21	2
Portador de necessidades especiais	N.6, N.7, N.13, N.21	4
Pessoas portadoras de deficiência	N.11, N.21	2

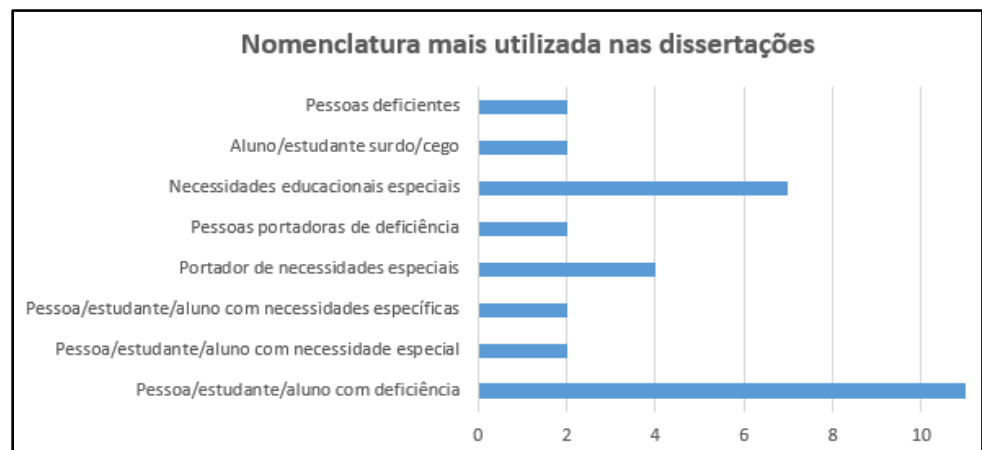
Necessidades educacionais especiais	N.2, N.4, N.13, N.14, N.16, N.20, N.21	7
Aluno/estudante surdo/cego	N.18, N.21	2
Pessoas deficientes	N.19, N.21	2

Fonte: Elaborado pelos autores.

Entre os 21 trabalhos analisados alguns utilizam mais de uma nomenclatura como o trabalho N.14, que cita “Pessoa/estudante/aluno com deficiência” e “Pessoa/estudante/aluno com necessidade especial”. Situações específicas, como a encontrada em N.18 merecem destaque, uma vez que não apresenta o conceito de Pessoa com deficiência, ou similar, utiliza apenas o termo aluno surdo, dificultando assim o enquadramento deste na área. Na dissertação N.14, o autor cita a educação especial como forma de atender ou proporcionar educação a alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e/ou altas habilidades ou superdotação, englobando um conjunto amplo de pessoas.

A dissertação N.21, ao abordar historicamente a trajetória da implementação da Educação Especial no Brasil por meio das políticas públicas, apresenta a mudança da nomenclatura utilizada ao longo dos anos, bem como as mudanças paradigmáticas associadas ao atendimento deste público no sistema educacional Brasileiro. Assim, apresenta termos como pessoas excepcionais, portadores de deficiência, deficientes e pessoas com deficiência, que foram segregadas em escolas especiais e que passaram por limitações de interação social com os demais indivíduos, dificultando assim o seu desenvolvimento cognitivo. Na Figura 5, é possível observar a nomenclatura mais utilizada nos trabalhos analisados.

Figura 5 - Nomenclatura mais utilizada nas dissertações para identificar pessoas com algum tipo de deficiência



Fonte: Elaborado pelos autores.

A importância da nomenclatura utilizada, além de facilitar os estudos por meio da padronização de descritores, está intimamente relacionada à questão da linguagem inclusiva, que deve garantir o respeito e a igualdade entre os cidadãos, valor fundamental da Constituição, conforme orienta o Senado Federal (BRASIL,

2014). O termo adotado pela Organização das Nações Unidas (ONU) é de pessoa com deficiência, como utilizado pela maior parcela dos trabalhos aqui analisados.

EM QUAL LINHA DE PESQUISA OS TRABALHOS SE CONCENTRAM PREDOMINANTEMENTE?

Esta pergunta visa identificar em qual linha de pesquisa se concentram as dissertações do PPGEP que abordam de alguma forma pessoas com deficiência, o que pode ser observado no Quadro 6.

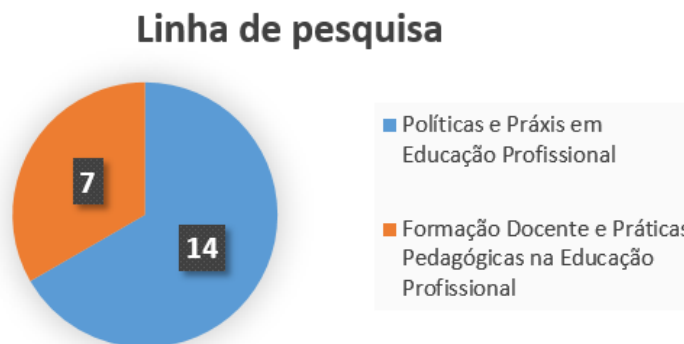
Quadro 6 - Distribuição das dissertações de acordo com a linha de pesquisa do PPGEP⁷

Linha de Pesquisa	Dissertações	Quantidade
Políticas e Práxis em Educação Profissional	N.1, N.2, N.3, N.4, N.5, N.6, N.7, N.9, N.10, N.11, N.13, N.15, N.16, N.17	14
Formação Docente e Práticas Pedagógicas na Educação Profissional	N.8, N.12, N.14, N.18, N.19, N.20, N.21	7
Total		21

Fonte: Elaborado pelos autores.

Entre as 21 dissertações, 14 se concentram na linha de pesquisa Políticas e Práxis em Educação Profissional. Enquanto 7 estão relacionadas à linha Formação Docente e Práticas Pedagógicas na Educação Profissional. Na Figura 6, é possível observar claramente a distribuição das dissertações de acordo com a linha de pesquisa.

Figura 6 - Classificação das dissertações de acordo com a linha de pesquisa



Fonte: Elaborado pelos autores.

A porcentagem final desta questão vem ao encontro dos achados na Questão de Pesquisa 3 (Se preocupa com a aluno/aprendizagem, professor/ensino ou os dois?), onde foi possível observar que não há predominância na perspectiva docente sobre a inclusão.

A LEI NO. 13.409/2016, QUE ALTERA A LEI NO 12.711/2012, SOBRE A RESERVA DE VAGAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO, ALTEROU DE QUE FORMA A INCLUSÃO DESSE PÚBLICO NA EP?

Após a publicação da Lei 13.409/2016 dois trabalhos foram defendidos no PPGEP/IFRN: N.9 e N.21. O trabalho N.9 estudou a Educação Profissional para pessoas com deficiência como objetivo principal, porém esse trabalho teve o recorte temporal 2010-2015. Dados concretos sobre o desdobramento dessa lei estão presentes na dissertação N.15. Essa dissertação não tem como foco pessoas com deficiência, mas apresenta a Resolução Nº 05/2017 do Conselho Superior do IFRN, que normatiza a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos processos seletivos de ingresso nos diversos níveis de ensino do IFRN e afirma que nessa resolução havia a perspectiva de implantação gradativa da reserva de vagas para pessoas com deficiência nos níveis de ensino, mas por força da Lei 13.409/2016 foi implantado no processo seletivo de 2017.

A dissertação N.21 apresenta uma análise reflexiva sobre o TEC NEP como política educacional inclusiva no IFRN, realizando um levantamento sobre o acesso e distribuição dos alunos com deficiência (é importante observar que o estudo foca em discentes com deficiência visual) nos diversos Campi, de 2008 a 2018 (com início em 2008 devido a implementação da Política Nacional de expansão dos Institutos Federais neste ano) e a atuação de docentes vinculados ao Campus Natal Central no que diz respeito a sua experiência com esses discentes. Esse estudo revelou que de fato houve um aumento no quantitativo de alunos com deficiência ingressantes na instituição e que ações de formação para os docentes foram implementadas, porém ainda consideradas embrionárias.

Pelos trabalhos é possível perceber a necessidade de novos estudos que avaliem os desdobramentos da referida lei nas instituições federais, bem como a atuação do NAPNE (Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas) no âmbito dos Institutos Federais, observando que esses estudos têm potencial de ser expandidos para além do IFRN.

LIMITAÇÕES DO ESTUDO

Os autores procuraram definir os descritores mais abrangentes possíveis, para que se obtivessem trabalhos mais relevantes, mas é possível que alguns termos não tenham sido explicitados.

O uso de apenas uma fonte de pesquisa para a realização da busca não pode ser considerada uma ameaça à validade deste trabalho, uma vez que ela é a plataforma oficial de publicação dos trabalhos de dissertação do PPGEP/IFRN e o presente estudo realizou uma pesquisa acerca do estado do conhecimento. No entanto, para trabalhos futuros, sugere-se a realização de estado da arte para tornar a pesquisa mais abrangente, como sugerem Romanowski e Ens (2006).

No que se refere à seleção e à análise das dissertações, os trabalhos foram distribuídos entre os alunos/pesquisadores envolvidos. Ao surgirem dúvidas, o orientador da pesquisa foi convidado para discussões a fim de se obter uma deliberação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a motivação de conhecer as pesquisas realizadas no âmbito do PPGEP/IFRN desde o início de suas atividades, referentes à Educação Profissional para pessoas com deficiência, foi realizado um estudo que identificou, avaliou e interpretou as diferentes abordagens para tal tema.

Neste trabalho, foram apresentados resultados obtidos na plataforma CAPES, resultando em 55 trabalhos dos quais, após a eliminação dos trabalhos que não apresentavam os descritores, 21 foram analisados. Verificando as publicações ao longo dos anos de 2015 a 2018, percebe-se que o interesse nessa área de pesquisa aumentou. Embora o ano de 2018 tenha apresentado uma aparente redução, é provável que alguns trabalhos ainda não tenham sido publicados na CAPES por ainda estarem em processo de revisão após as considerações da banca.

É importante destacar as conclusões dos autores que abordam a temática da educação inclusiva de forma central: Cunha (2015), Alencar (2017) e Lima (2018). Cunha (2015) em sua pesquisa, ao buscar analisar o programa TEC NEP (Ação, Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais) como política educacional inclusiva, buscando compreender sua implantação na Rede Federal de Educação Profissional, conclui que há limites e desafios, como: “recursos financeiros, espaço físico, pessoal, participação docente, formação continuada, falta de institucionalização da cultura da inclusão, resistência ao processo inclusivo” (CUNHA, 2015, p. 162).

Cunha (2015) aponta que o TEC NEP, no recorte de sua pesquisa (2010 a 2014), representou um avanço para o campo da Educação Especial, embora tenha obtido uma baixa taxa de efetivação das suas ações. A autora aponta a necessidade de oportunidade de melhores condições de ingresso da comunidade na EP, além de medidas relacionadas ao acesso, permanência e efetivas condições formativas para que as pessoas com deficiência possam ingressar no mundo do trabalho.

Alencar (2017), ao realizar a análise de políticas de educação inclusiva implantadas no Brasil, focando na inclusão de pessoas com deficiência na EP do IFRN, conclui que a política interna de inclusão de pessoas com deficiência no IFRN ainda carecia de melhor articulação e divulgação de suas ações entre os servidores e a sociedade.

Ainda segundo Alencar (2017), no período estudado (2010 a 2015), ações de inclusão no IFRN existiam, mas ainda de forma embrionária, como: a realização de concurso para intérprete de LIBRAS, disponibilização de provas acessíveis nos exames de seleção, aquisição de tecnologias assistivas principalmente para pessoas com deficiências auditiva, visual e física, além do desenvolvimento de pesquisas e tecnologias oriundos dos diversos campi do IFRN. Assim fica evidente a necessidade de ampliação da política interna de atendimento, bem como apresentá-la à sociedade. A autora também destaca a importância da valorização do NAPNE com recursos financeiros e humanos, aliado às demais comissões e coordenações do IFRN, para que possa efetivamente expandir a política de inclusão na instituição.

De acordo com Lima (2018), o IFRN apresentou ingresso de um quantitativo crescente de alunos com deficiência: de “01 (um) estudante cego em 2008 para 27 (vinte e sete) estudantes com deficiência visual matriculados no semestre letivo 2018.1”. (LIMA, 2018, p. 113). Revelando assim que sua política de inclusão tem obtido resultados, embora ainda careça de avanços. Momentos formativos para os docentes do instituto foram realizados a partir do ano de 2017, porém é necessário sua contínua e diversificada oferta, além de maior adesão por parte dos docentes, visto que muitos não obtiveram formação inclusiva em sua formação inicial.

O estudo de Lima (2018) revelou ainda a proatividade de um grupo de docentes em busca de práticas inclusivas, a necessidade de investimento em infraestrutura da instituição e a importância do NAPNE no “sentido da garantia de espaços voltados à discussão, formação e proposição de ações de cunho inclusivo propostas de modo sistêmico” (LIMA, 2018, p. 112). A autora destaca a importância de novos estudos que apresentem o conceito de educação profissional e trabalho, na perspectiva das pessoas com deficiência e a percepção do discente com deficiência acerca do processo de inclusão educacional praticado no IFRN, com foco nos deficientes visuais.

Após a conclusão e divulgação deste trabalho, espera-se que outras pesquisas sejam encaminhadas para aprofundamento de questões mais específicas sobre a educação para pessoas com deficiência no âmbito da Educação Profissional. Espera-se também que forneça visibilidade para que os trabalhos aqui citados possam ser reproduzidos em outros ambientes que oferecem Educação Profissional.

Professional education for people with disabilities in the research of the graduate program in professional education at IFRN

ABSTRACT

This article conducts a survey on the state of knowledge in dissertations that derive from research about People with Disabilities in Professional formation. It aims to understand the difficulties of inclusion of people with disabilities in Professional Education; the focus of studies already consolidated (such as level/program of teaching and perspective of teachers/students); the effects of laws about inclusion sanctioned in recent years and quotas for people with disabilities in federal educational institutions and the PPGEP-IFRN research lines that have been addressing the topic. The results show that most of the studies address the theme of Professional Education for people with disabilities as a public policy. Only 1 (one) research, published in 2018, analyzes the impacts of the Brazilian Inclusion Law (2015) and the Quota Law, 13.409/2016, thus revealing the need for further studies to evaluate the consequences of these Laws.

KEYWORDS: People with disabilities. Professional education. Scientific publication.

Educación profesional para personas con discapacidad en la investigación del programa de posgrado en educación profesional en IFRN

RESUMEN

Este artículo examina el estado del conocimiento en disertaciones que se derivan de investigaciones cuyo tema es la educación profesional para personas con discapacidades. El objetivo es comprender las dificultades identificadas para la inclusión de las personas con discapacidad en la educación física, el enfoque de los estudios ya consolidados (como el nivel / programa de enseñanza y la perspectiva de los maestros / estudiantes), cuáles son los efectos de las leyes sancionadas en los últimos años sobre la inclusión y la reserva vacantes para personas con discapacidad en instituciones educativas federales y líneas de investigación PPGEP-IFRN que han abordado el tema. Los resultados obtenidos demuestran que gran parte de los estudios estudiados abordan el tema de la Educación Profesional para personas con discapacidad como una política pública. Solo 1 (una) encuesta, publicada en 2018, analiza los impactos de la Ley de Inclusión Brasileña de 2015 y la Ley de Cuotas, 13,409 / 2016, revelando así la necesidad de más estudios para evaluar el desarrollo de estas Leyes.

PALABRAS CLAVE: Personas con discapacidad. Educación profesional. Publicaciones científicas.

NOTAS

- 1 Em junho de 1994 aconteceu a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais na cidade espanhola de Salamanca. Nessa conferência discutiu-se princípios, políticas e práticas na área das necessidades educacionais especiais e resultou na Declaração de Salamanca que trata sobre a inclusão de crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino.
- 2 Disponível em <http://decs.bvs.br/P/decsweb2019.htm>.
- 3 Disponível em <https://catalogodeteses.capes.gov.br>.
- 4 *Portable Document Format* (Formato Portátil de Documento).
- 5 Estes trabalhos estão listados no link <http://twixar.me/ktIT>.
- 6 Utilizaremos este código para nos referirmos ao identificador dos trabalhos listados no link <http://twixar.me/ktIT>.
- 7 O PPGEP apresenta uma terceira linha, História, Historiografia e Memória da Educação Profissional, não contemplada nesta pesquisa pois essa linha só foi incluída no programa a partir do processo seletivo para entrada em 2019, fugindo, portanto, do recorte temporal definido para este trabalho.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, L. K. de. **Políticas públicas de inclusão de pessoas com deficiência na educação profissional**: ações e possibilidades no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional, 2017.
- BRASIL. Lei N° 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Seção 1, p. 1, Brasília, DF, 30 de agosto de 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm. Acesso em: 22 de jul. de 2019.
- SECOM. Manual de comunicação da Secom. **Senado Federal**, Brasília, DF, 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/manualdecomunicacao/redacao-e-estilo/estilo/linguagem-inclusiva>. Acesso em: 06 de dez. de 2019.
- BRASIL. Lei N° 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**. Seção 1, p. 2, Brasília, DF, 07 de julho de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 22 de jul. de 2019.
- BRASIL. Lei 13.409, de 28 de dezembro de 2016. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. **Diário Oficial da União**. Seção 1, p. 3, Brasília, DF, 29 de dezembro de 2016.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2015-2018/2016/Lei/L13409.htm#art1. Acesso em: 22 jul. 2019.

CUNHA, A. L. B. M. **O programa TEC NEP e sua implementação na rede federal de educação profissional, científica e tecnológica: ressonâncias acadêmicas, limites e desafios.** Dissertação (Mestrado em Educação Profissional) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional, 2016.

GONZÁLEZ, E. **Necessidades Educacionais específicas: intervenção psicoeducacional.** Trad. Daisy Vaz de Moraes. Porto Alegre: Artmed, 2007.

HOLANDA, M. de F. D. de; CAMINHA, I. de O. **Memórias da educação especial: da integração à inclusão.** João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008.

LIMA, É. R. S. de. **Ensino médio e educação profissional no Brasil: um estudo exploratório das políticas educacionais (1990-2010).** Dissertação (Mestrado em Educação Profissional) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional, 2015.

LIMA, E. L. M. de. **Inclusão educacional de pessoas com deficiência visual no Instituto Federal de Educação, ciência e tecnologia do Rio Grande do Norte: Ações institucionais e vozes docentes.** 2018. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional) - Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional, Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

MOROSINI, M. C. Estado do conhecimento sobre internacionalização da educação superior: conceitos e práticas. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 28, p. 107-124, 2006.

ROMANOWSKI, J.; ENS, R. As pesquisas denominadas do tipo Estado da Arte em educação. **Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37-50, set./dez. 2006. Disponível em: <http://www2.pucpr.br/reol/index.php/dialogo?dd99=pdf&dd1=237>. Acesso em: 05 jul. 2019.

SOARES, M. A. L.; CARVALHO, M. de F. **O professor e o aluno com deficiência.** São Paulo: Cortez, 2012.

Recebido: 19 jul. 2020

Aprovado: 24 nov. 2020

DOI: 10.3895/rtr.v5n0.12782

Como Citar: ALMEIDA, R. P. B. et al. Educação profissional para pessoas com deficiência nas pesquisas do programa de pós-graduação em educação profissional do IFRN. **Revista Transmutare**, Curitiba, v. 5, e2012782, p. 1-20, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rtr>>. Acesso em: XXX.

Correspondência:

Rosemary Pessoa Borges Almeida
rosemary.borges@ifrn.edu.br

Direito Autoral: Este artigo está licenciado sob os termos da licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

